

*António Vasconcelos de Saldanha e Jin Guópíng, Para a Vista do Imperador — Memoriais da Dinastia Qing sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau (1808-1887)*, Macau, Instituto Português do Oriente, 2000, 223 páginas.

*Jorge Manuel dos Santos Alves, Um Porto entre Dois Impérios — Estudos sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999, 229 páginas.

A presença de Portugal em Macau durante 444 anos foi sempre alvo de leituras e interpretações bem distintas, se não mesmo contraditórias, tanto por parte de estudiosos portugueses como por parte dos seus homólogos chineses.

Para a esmagadora maioria dos pesquisadores chineses, profundamente condicionados por uma abordagem sinocêntrica, a presença portuguesa transformou-se de uma «autorização temporária de residência», desde meados do século XVI, em «ocupação», a partir da cessação do pagamento anual do «foro do chão» e da expulsão das alfândegas chinesas de Macau, durante o mandato do governador Ferreira do Amaral, que decorreu entre 1846 e 1849. Segundo estes estudiosos, a ocupação portuguesa foi fortemente marcada pela espoliação dos chineses residentes no enclave e pela sucessiva exploração de actividades menos lícitas, como o comércio do ópio, dos cules, do ouro e o jogo, especialmente desde a prostração da dinastia Qing pelas grandes potências ocidentais na guerra do ópio, em meados do século XIX.

Porém, grande parte dos investigadores portugueses rejeitavam esta interpretação. Neste sentido, preocuparam-se em encontrar documentação que justificasse politicamente a legitimidade da presença portuguesa no território. Assim, privilegiaram nos seus estudos a mítica «chapa de ouro» do imperador da China que, supostamente, concedia o direito aos portugueses de permanecerem em Macau. Esta oferta seria uma forma de recompensa encontrada pelo imperador da China para pagar a Portugal por alegados serviços prestados ao seu país no combate aos piratas. A tão cobiçada prova nunca foi, obviamente, encontrada.

Todavia, dois trabalhos publicados pelo Instituto Português do Oriente (IPOR), sediado em Macau, contribuem decisivamente para a rejeição da mítica «chapa de ouro». O trabalho conjunto de António Vasconcelos de Saldanha e de Jin Guópíng, intitulado *Para a Vista do Imperador — Memoriais da Dinastia Qing sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau (1808-1887)*, para além do grande mérito de chamar a atenção dos estudiosos portugueses e ocidentais para uma série de memoriais apresentados pelo escol burocrático chinês a sucessivos imperadores durante o período de 81 anos do século XIX, coloca derradeiramente de parte a mítica «chapa de ouro». Em nenhum dos memoriais é mencionada qualquer chapa ou documento que autorizasse formalmente Portugal a permanecer em Macau. A tónica dominante nos documentos é a de que

a presença portuguesa no enclave foi consentida no reinado de Jiajing (1522-1566), da defunta dinastia Ming, «por arrendamento [zuzù] e mediante o pagamento de *shui* [direitos]» (p. 41).

Estes documentos apontam definitivamente para a ausência de canais de fiscalização política sobre a execução de instruções imperiais por parte do governo central chinês sobre as autoridades regionais. Por outro lado, revelam a crescente divergência de interesses entre os funcionários régios, que desejavam manter a todo o custo a integridade do Celeste Império, e os funcionários regionais, que manifestavam uma maior predisposição e flexibilidade para consentirem a presença dos «bárbaros» de *Xiyáng* (do Ocidente, isto é, Portugal) em Macau. Os argumentos usados pelos últimos foram os de que «os bárbaros de Macau, bem temerosos do prestígio da nossa Dinastia Celeste, mostraram-se mais obedientes do que nunca» (p. 78) ou que o comércio era a «melhor estratégia» para os «controlar» (p. 101).

Por seu turno, o trabalho de Jorge Manuel dos Santos Alves, *Um Porto entre Dois Impérios — Estudos sobre Macau e as Relações Luso-Chinesas*, para além de avançar com a tese da relativa autonomia político-diplomática de Macau no âmbito da coroa portuguesa, aborda, de passa-

gem, as várias tentativas portuguesas para se encontrar a «famigerada ‘chapa de ouro’» (p. 207). A primeira iniciativa neste sentido foi levada a cabo pelo bispo de Pequim D. Frei Alexandre de Gouveia em 1784. Este tipo de pesquisa foi «proseguido» pelo visconde de Santarém e José Gregório Pegado, em 1845, e por José Augusto Graça Barreto, em 1879. Porém, todas estas actividades de investigação foram infrutíferas.

Apesar de todos estes insucessos, as autoridades portuguesas continuaram a alimentar esperanças no «achamento» deste documento. Durante as difíceis negociações do acordo luso-chinês de 1 de Abril de 1947, que se arrastaram durante quatro penosos anos e resultaram na renúncia portuguesa dos regimes de extraterritorialidade e conexos na China, o ministro das Colónias, Marcello Caetano, diligenciou junto de vários arquivos e bibliotecas, tanto nacionais como estrangeiras, no sentido de que fosse encontrada a «chapa de ouro». Claro está, não foi descoberta nenhuma prova histórico-documental no sentido desejado. Todas estas iniciativas demonstram, contudo, a considerável dificuldade que os regimes políticos têm em pôr fim aos mitos e a forma como estes, por seu turno, condicionam a formulação e a execução de decisões políticas.

MOISÉS SILVA FERNANDES